

COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM INTERFACE COM POLÍTICAS PÚBLICAS: AS FALAS DAS/OS CIDADÃS/ OS LGBTs DE PORTO ALEGRE/RS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA ESSA POPULAÇÃO

**Comunicación pública en interfaz con políticas públicas:
el discurso de los ciudadanos de Porto Alegre/RS sobre las
políticas públicas específicas de esta población**

**Public communication in interface with public policies: the
discourse of the Porto Alegre/RS's citizens about public policies
specific to this population**

Sérgio Gabriel Fajardo¹

Cristine Kaufmann²

RESUMO

Nesse estudo, objetivamos ampliar e visibilizar o lugar de fala das/os cidadãs/os LGBTs de Porto Alegre/RS sobre duas políticas públicas do município. Conceitualmente, acionamos pressupostos da comunicação pública, movimento de luta LGBT, políticas públicas e específicas para a população LGBT. Nos percursos metodológicos, realizamos entrevistas com oito pessoas LGBTs residentes na capital gaúcha e com o coordenador municipal da Diversidade Sexual e Gênero. Para sistematização e análise do material, nos inspiramos na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Evidenciamos, a partir do estudo, que as premissas da comunicação pública não são consideradas na elaboração e execução das políticas públicas municipais, tendo em vista que as/os cidadãs/os LGBTs não se veem representadas por elas, seja por não as conhecerem ou por não se reconhecerem nelas.

¹ Relações-Públicas e militante LGBT. Mestrando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Organizacional, Cultura e Relações de Poder (GCCOP). E-mail: sfajardopoa@hotmail.com.

² Relações-Públicas. Doutora e Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do curso de Relações Públicas da Universidade Feevale. E-mail: cristinekaufmann@feevale.br.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Políticas Públicas para população LGBT; Cidadãs/os LGBTs; Coordenadoria Municipal da Diversidade Sexual e Gênero de Porto Alegre/RS.

RESUMEN

En este estudio, nos propusimos ampliar y visibilizar el lugar del discurso de los ciudadanos LGBT de Porto Alegre/RS sobre dos políticas públicas del municipio. Conceptualmente, ponemos en marcha supuestos de comunicación pública, movimiento LGBT, políticas públicas y específicas para la población LGBT. En los recorridos metodológicos, realizamos entrevistas a ocho personas LGBT que viven en la capital gaucha y a lo coordinador municipal de Diversidad Sexual y de Género. Para la sistematización y análisis del material, nos inspiramos en el Análisis de Contenido propuesto por Bardin (2011). El estudio evidenció que las premisas de la comunicación pública no son consideradas en la elaboración y ejecución de las políticas públicas municipales, considerando que los ciudadanos LGBT no se ven representados por ellas, ya sea porque no las conocen o no se reconocen en ellas.

Palabras clave: Comunicación Pública; Políticas Públicas para la población LGBT; Ciudadanos LGBT; Coordinación Municipal de Diversidad Sexual y de Género de Porto Alegre/RS.

ABSTRACT

In this study, we aimed to expand and make visible the place of speech of LGBT citizens of Porto Alegre/RS about two public policies of the municipality. Conceptually, we triggered assumptions of public communication, LGBT struggle movement, public and specific policies for the LGBT population. In the methodological paths, we conducted interviews with eight LGBT people living in the gaucho capital and with the municipal coordinator of Sexual and Gender Diversity. For systematization and analysis of the material, we were inspired by the Content Analysis proposed by Bardin (2011). We evidenced, from the study, that the premises of public communication are not considered in the elaboration and execution of municipal public policies, considering that LGBT citizens do not see themselves represented by them, either because they do not know them or do not recognize themselves in them.

Keywords: Public Communication; Public Policies for the LGBT population; LGBT citizens; Municipal Coordination of Sexual and Gender Diversity of Porto Alegre/RS.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM INTERFACE COM POLÍTICAS PÚBLICAS: AS FALAS DAS/OS CIDADÃS/OS LGBTs DE PORTO ALEGRE/RS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA ESSA POPULAÇÃO

Introdução

Neste estudo¹, teórico-empírico, buscamos ampliar o lugar de fala das/os cidadãs/os LGBTs² sobre duas políticas públicas específicas para essa população do município de Porto Alegre/RS: o Art. 150 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Municipal de nº 14.962³. Conforme o Art. 150, as empresas, públicas e privadas, portadoras de alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, que praticarem atos discriminatórios em questão da orientação sexual e identidade de gênero, após a realização de denúncias e recebimento de notificações, poderão ser penalizadas com a perda do seu alvará. Por sua vez, o Decreto Municipal de nº 14.962, assinado em outubro de 2005, institui a criação do Grupo de Trabalho sobre a Livre Orientação Sexual (GTLOS), ação municipal pioneira no Brasil, que deve ser composto pelas autarquias da Prefeitura e, dentre outras questões, deve trabalhar na criação de um banco de dados sobre as/os cidadãs/os LGBTs para instrumentalização de políticas públicas. Para realização do estudo, entrevistamos cidadãs/os LGBTs e, conjuntamente, o coordenador da Diversidade Sexual e Gênero da Prefeitura de Porto Alegre/RS, que estava em exercício em 2018. Consideramos relevante destacar que as políticas públicas específicas para as/os cidadãs/os LGBTs são avanços recentes no Brasil e, ainda que possuam poucos recursos e estímulos, são importantes para o processo de erradicação das desigualdades que esses sujeitos sofrem em decorrência das suas orientações sexuais e identidades de gênero.

De acordo com dados apresentados nos relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB)⁴, o Brasil desponta como o país com mais mortes de pessoas LGBT: mata-se muito mais LGBTs aqui do que em países do Oriente Médio e da África, onde há pena de morte para essa população. Em 2018, quando este estudo foi realizado, o GGB apontou que ocorreram 420 mortes de LGBTs no Brasil, sendo 320 homicídios e 100 suicídios. Entre essas vítimas está Marielle Franco, mulher negra, lésbica, militante dos direitos humanos e vereadora eleita pelo Estado do Rio de Janeiro, que foi assassinada a tiros no dia 14 de março de 2018 junto com seu motorista Anderson Gomes⁵. Em 2019, foram mortas/assassinadas no Brasil 329 pessoas LGBT, sendo 297 homicídios e 32 suicídios. Sobre esses assassinatos, a possibilidade de uma pessoa transexual ser morta por crime violento é maior em comparação aos sujeitos correspondentes às outras letras da sigla.

Em relação a 2020, ano no qual as vidas das/os cidadãs/os brasileiras/os foram de inúmeras formas afetadas, e ceifadas rápida e brutalmente, pela pandemia mundial de Covid-19 e suas variantes, mesmo com a criminalização da homofobia⁶

no Brasil, houve, no primeiro quadrimestre, um aumento de 48% no número de assassinatos de pessoas travestis/transsexuais em comparação aos mesmos períodos nos anos anteriores. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA)⁷, esse aumento expressivo contrariou as estimativas de que o índice diminuiria, como aconteceu com outras parcelas da população no contexto do isolamento social provocado pela pandemia. O recente relatório publicado pelo GGB⁸ observa que em 2020 houve uma queda nos números de mortes provadas por LGBTfobia no Brasil em comparação a 2019 (redução de 28%), apontando um total de 237 mortes e suicídios. Todavia,

Apesar da redução quantitativa, ressalte-se que não existem motivos reais e factíveis para se comemorar, a redução no número de mortes motivadas pela LGBTIfobia não se deu pelo incentivo do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão e proteção desse segmento, mas sim, por uma oscilação numérica imponderável e pela enorme subnotificação identificada durante as buscas, pesquisas e registros e também pelo desmonte – a partir de 2018 – dos investimentos em políticas públicas, campanhas de incentivo à denúncia e proteção às vítimas (Grupo Gay da Bahia, 2021, p. 10).

Além desses aspectos que sublinham a incerteza sobre essa redução em 2020, e tendo Brasil já ultrapassado a infeliz marca de mais de 500 mil mortes em decorrência do Coronavírus, o relatório, criticando a falta de políticas eficientes do atual governo, problematiza: “Quantos LGBTI+ morreram nesta pandemia? Quantas dessas mortes eram evitáveis se medidas corretas tivessem sido adotadas pelas autoridades? Quantas dessas mortes foram por falta de oxigênio ou de leitos de UTI?” (Grupo Gay da Bahia, 2021, p. 65), evidenciando que “esse, infelizmente, é um dado que dificilmente saberemos” (ibid., p. 65). Por fim, insistindo por ações governamentais efetivas que visem a redução das violências contra LGBTs no Brasil, o relatório do GGB (2021, p. 67) destaca, entre outras questões, como prioridade a emergência de “políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que contribuam para erradicar as mortes violentas e proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBTI+”.

Esse contexto, atravessado por diversas violências, evidencia a importância da comunicação pública para construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual as/os cidadãs/os brasileiros possam se expressar nas suas mais diversas formas de ser/existir. Ela se configura como potência para a ampliação do debate público e na disseminação de informações de qualidade, além de possibilitar a criação de espaços de diálogo entre sociedade, governos e Estado, imprescindíveis para manter viva a democracia brasileira. Sob essa perspectiva, consideramos importante para os estudos em comunicação pública que a pesquisa seja, também, um espaço para dar voz a sujeitos que, sob diferentes adjetivos e retóricas discursivas, são desqualificados e marginalizados no debate público. As/os cidadãs/os LGBTs têm seus lugares de falas minimizados e homogeneizados, inclusive, na elaboração de políticas públicas a elas destinadas, como será

possível perceber nesse estudo. Ribeiro (2019, p. 35), filósofa negra brasileira, afirma que todos temos um lugar de fala, pois nossas falas partem de um lugar social, conceituando-o como ponto de onde as pessoas “partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum”.

Na sequência, estruturamos o artigo em quatro seções, incluindo esta seção introdutória. A segunda e terceira seção dão conta das reflexões conceituais, que medulam o seguinte quadro teórico: comunicação pública, políticas públicas, movimento de luta LGBT e políticas públicas para as/os cidadãs/os LGBTs. Na quarta seção, dissertamos sobre a metodologia empregada e sobre a análise das entrevistadas. Por fim, na quinta seção, são expostas as considerações finais do estudo.

Pressupostos conceituais: comunicação pública em interface com políticas públicas

O conceito de comunicação pública, conforme Duarte (2007), surgiu na década de 1980, acompanhando o processo de redemocratização do Brasil. O término da ditadura militar no país, através da pressão popular pelo direito de participar e opinar sobre o cenário político, é a base para o surgimento da comunicação pública como meio de consolidar a democracia e a cidadania participativa (Duarte, 2012). Inicialmente, apontamos que as noções acerca da comunicação pública são diversas, inclusive, divergindo em alguns pontos. Todavia, conforme Brandão (2012, p. 10), o ponto de intersecção se dá no “respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, governo e sociedade com o objetivo de informar para construir a cidadania”. Logo, é a partir das novas experiências democráticas e das práticas da cidadania, conjuntura na qual é essencial o acesso às informações e abertura de espaços de diálogo, que a comunicação pública vem sendo problematizada no Brasil (Brandão, 2012). Para a autora,

[...] a própria noção de cidadania começa a ser entendida de forma menos passiva, como foi característica da nossa sociedade, e mais participativa, apreendida como o livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação (Brandão, 2012, p. 10).

À luz desses pressupostos, a autora reforça que a comunicação é um ator político proeminente e parte constituinte da formação de um novo espaço público (Brandão, 2012). Partindo disso, é com base nas premissas da cidadania, da democracia e da participação popular que a comunicação pública deve ser problematizada e executada, a fim de formar cidadãs/os capazes de contribuir ativamente para a transformação da sociedade. Ao refletirmos sobre o processo de comunicação entre “governo-cidadão”, com ênfase na prática da governança⁹ (práticas de gestão), Novelli (2006), com base em Kondo (2002), apresenta uma categorização composta de três fluxos comunicacionais: a) “governo→cidadão”; b) “governo↔cidadão”; e c) “governo↔cidadão”. O primeiro é o fluxo de informação, relação unilateral, no qual o governo emite informações para as/os

cidadãs/os, que são vistos como receptoras/es das mensagens. Como exemplos, a autora cita o modelo de comunicação massiva, composta por mensagem publicitária e assessoria de imprensa, além da disponibilização de dados públicos. O segundo fluxo, por seu turno, diz respeito às consultas públicas. Trata-se de relação bilateral, em que o cidadão fornece opiniões sobre temas previamente definidos pelo governo. Exemplificando, a autora menciona as audiências públicas e as pesquisas de opinião. De acordo com Novelli (2006), nesse fluxo, a/o cidadã/o é convidada/o a expressar sua opinião sobre diversos temas públicos, situações em que são estabelecidos canais de *feedback*.

Por fim, o terceiro fluxo versa sobre a participação ativa das/os cidadãs/os na elaboração de políticas públicas. Nesse caso, a autora cita o Orçamento Participativo (OP)¹⁰, realizado em gestões municipais do Brasil, que vem demonstrando êxito através da “participação deliberativa sobre os investimento e fiscalização dos gastos públicos por parte da sociedade” (Novelli, 2006, p. 87). Compreendemos que a opinião das/os cidadãs/os é um quesito central que deve ser considerado na elaboração e definição de políticas públicas, pois que, conforme a pesquisadora, é preciso fortalecer as relações e estimular a participação, a fim de aumentar a confiança no governo, melhorar a qualidade da democracia e a capacidade cívica da população (Novelli, 2006). Em síntese aos pressupostos da comunicação pública, consideramos fértil recorreremos as noções de Weber (2020), autora que a conceitua enquanto um aspecto agregador das democracias. Mais especificamente, conforme a pesquisadora, “a dimensão da comunicação pública permite, a título de hipótese, identificar a *qualidade das democracias*” (Weber, 2020, p. 12, grifos nossos).

Partindo disso, no que compete às políticas públicas, Novelli (2006) esclarece que “o modelo de participação ativa do cidadão pressupõe um processo de comunicação horizontal baseado na parceria e no estímulo ao engajamento da sociedade na formulação dessas políticas” (Novelli, 2006, p. 87). Segundo Höfling (2011, p. 31), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado “quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”. Nesse caminho, Souza (2006, p. 26) amplia o diálogo ao versar que as políticas públicas são “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. Logo, com base nas definições apresentadas pelas autoras, afirmamos que as políticas públicas são ações governamentais, elaboradas com o objetivo de solucionar problemas públicos, portanto, de interesse público. Essa configuração deve contemplar a participação ativa da população, especialmente os grupos aos quais as políticas se destinam, desde a problematização até a execução dessas políticas.

A seguir, discorreremos sobre noções que nos permitam refletir a respeito do movimento de luta LGBT e seus avanços na esfera das políticas públicas.

Cidadania de enfrentamento e resistência: aspectos históricos sobre o movimento de luta e políticas públicas para população LGBT no Brasil

A partir da problematização que propomos nesse artigo, parece necessário realizarmos uma reflexão, mesmo que concisa, sobre o histórico do movimento de luta LGBT, considerando-o como ponto de partida para o debate público e implementação das políticas públicas. Os pesquisadores Simões e Facchini (2009, p. 15), ao explicar as siglas, termos e nomes relativos a essa população, afirmam que a sigla LGBT foi aprovada em 2008 na I Conferência Nacional GLBT¹¹, ressaltando que “a presente denominação, como mostra sua trajetória recente, é aberta e sujeita a contestações, variações e mudanças”. Em razão disso, pode haver inversão das letras na sigla, como também a inserção de novas letras, como é o caso da sigla LGBTI+¹², bastante empregada atualmente pelo movimento de luta. Sobre os fatores históricos que marcam os primeiros passos do movimento, Simões e Facchini (2009) citam o evento que aconteceu em 28 de junho de 1969, quando a polícia de Nova Iorque tentou interditar o bar Stonewall Inn, localizado na *Christopher Street*, região de boêmios e frequentada por homossexuais e travestis. A atitude da polícia gerou um enorme confronto com os/as frequentadores/as do local, “que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais” (Simões; Fachinni, 2009, p. 45). Atualmente, esse episódio é conhecido como Revolta de Stonewall.

Os autores sinalizam que “os protestos de Stonewall passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o Dia do Orgulho Gay e Lésbico” (Simões; Facchini, 2009, p. 45). No cenário brasileiro, foi na segunda metade da década de 1970, com a abertura política que anunciava o fim do período ditatorial brasileiro, que emergiram as primeiras organizações efetivas do movimento. Essas organizações reivindicavam por direitos civis e universais, como é o caso do Grupo Somos de São Paulo (1978) e do Jornal O Lâmpião da Esquina (1978), que são “consagrados hoje como referências da primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no Brasil” (Simões; Facchini, 2009, p. 81-82). Partindo disso, os autores dividem a trajetória do movimento LGBT no Brasil em três ondas. A “primeira onda” corresponde ao período final da ditadura militar e ao surgimento de grupos de organizações de pessoas homossexuais, como é o caso do Grupo Somos. A “segunda onda” corresponde à redemocratização dos anos de 1980 e ao surto da epidemia do HIV-Aids - amplamente associado às práticas homossexuais -, conjuntura em que se começava a desenhar a institucionalização do movimento de luta. Enfim, a “terceira onda” acontece em meados dos anos 1990 e segue até os dias atuais, baseada na tentativa de parceria do movimento de luta com Estado (Simões; Facchini, 2009).

O diálogo entre o poder público e os movimentos sociais só começou a avançar de forma efetiva no Brasil em 2004, a partir das reivindicações cada vez mais

consistentes dos movimentos, quando, então, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva criou o Plano Brasil Sem Homofobia (Mello, Brito, Maroja, 2012). Apesar da Constituição Federal brasileira ser conhecida popularmente como Constituição Cidadã, a autora e os autores afirmam que sempre houve resistência às questões referentes as/os cidadãs/os LGBTs em nosso país. Segundo suas percepções,

Sistematicamente, a humanidade dessas pessoas é questionada ou mesmo negada, a partir de crenças e tradições heteronormativas, naturalizantes e religiosas, incompatíveis com os princípios de respeito à dignidade, de garantia da autonomia e de proteção da liberdade, que a princípio caracterizam as sociedades democráticas e os Estados laicos. (Mello, Brito, Maroja, 2012, p. 412).

Portanto, na trajetória de luta pela cidadania e direitos das/os cidadãs/os LGBTs, o Plano Brasil Sem Homofobia assume destaque pois, além de ser o primeiro instrumento político no âmbito Federal, estimulou e influenciou a confecção de políticas públicas em âmbitos Estaduais e Municipais (Mello, Brito, Maroja, 2012). Ao refletirem sobre as possibilidades de transformação desse cenário, atravessado por estereótipos e ideias pejorativas sobre as/os cidadãs/os LGBTs, os pesquisadores afirmam que “as políticas públicas exercem um importante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais” (Mello, Brito, Maroja, 2012. p. 417).

Em suma, para que seja possível incorporar as diferentes demandas das/os cidadãs/os LGBTs às iniciativas do Estado, é necessário que exista diálogo permanente com esses sujeitos, ampliando sua participação e protagonismo na elaboração das políticas públicas. Logo, torna-se fundamental alcançar “a complexa relação entre governo e sociedade civil na negociação dessas políticas” (Mello, Brito, Maroja, 2012, p. 103), principalmente ao considerarmos que, de modo geral, “o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (Mello, Brito, Maroja, 2012, p. 425).

Falas que são silenciadas no debate público: mergulho nas vozes das/os cidadãs/os LGBTs de Porto Alegre/RS

Com base no objetivo do estudo, julgamos necessário entrevistar o coordenador¹³ da Diversidade Sexual e Gênero¹⁴ do município, para compreender melhor o formato do grupo. Realizamos, também, entrevistas com oito pessoas LGBTs¹⁵ residentes em Porto Alegre/RS. Na escolha das/os cidadãs/os, optamos por dar espaço para pessoas negras e/ou não-brancas: dentre as pessoas entrevistadas, dialogamos com um homem negro gay e jovem, uma mulher negra lésbica e jovem, uma mulher negra transexual de 55 anos, além de um homem transexual gay, descendente de indígenas Guaranis. A fala da mulher trans entrevistada foi bastante significativa para essa pesquisa, devido a sua idade e história de vida, pois, conforme matéria de 2017 do Senado Notícias¹⁶, a estimativa de vida das travestis e transexuais no Brasil é de 35 anos - metade da média da população

nacional (75 anos). A importância do recorte racial também se confirmou nas falas das/os cidadãs/os, a exemplo do entrevistado jovem negro e gay: “[...] eu acredito que assim, toda, toda a questão que for discutida sobre essa temática ou qualquer outra dentro de um país completamente racista, ela tem que ser discutida com recorte racial”. A mulher negra trans disse que todas as pessoas transexuais sofrem preconceito, “levam a bagagem da sua vida”, mas que “uma trans negra, ela sofre bem mais o preconceito por ser negra”. Sua fala, seca e curta, aflorou emoções ao afirmar que pessoas travestis e transexuais tem “fome de viver”. Retomamos os pensamentos de Ribeiro (2018, p. 78), quando sublinha que “falar de questões que foram historicamente tidas como inferiores, falar da mulher, população negra e LGBT, é romper com a ilusão de universalidade que exclui”.

Para a interpretação das entrevistas, nos inspiramos na técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), formulando categorias de análise a partir das respostas das pessoas entrevistadas. Essas categorias são: a) Contextualização sobre o Grupo de Trabalho sobre a Livre Orientação Sexual – refere-se à entrevista com o coordenador do GTLOS; b) Percepções da população LGBT sobre os processos de comunicação e informação da Prefeitura de Porto Alegre/RS a respeito das políticas públicas e sobre a possibilidade de participação na elaboração de políticas públicas; e c) Percepções acerca da representatividade da população LGBT nas políticas públicas selecionadas – ambas se referem às entrevistas com as/os cidadãs/os LGBTs.

Inicialmente, no tocante à primeira categoria, apontamos que, para nossa surpresa, o GTLOS estava inativo em 2018¹⁷. Logo no início da conversa, o coordenador afirmou: “na verdade existe esse grupo de trabalho [...] há anos, mas não existe a efetividade dele”. Dentre os motivos destacados por ele, está o fato de o grupo não ter gerado “trabalho efetivo” (apesar de ser composto 27 autarquias da Prefeitura). Segundo com seu relato, há poucos documentos sobre as atividades do grupo nos governos antecessores: “na verdade não se tinha quórum em nenhuma reunião, só teve em uma ou duas”. O coordenador explicou, ainda, que quando a Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual (SALOS) foi reduzida a uma coordenadoria, dentro da reestruturação que o governo Marchezan realizou na Prefeitura de Porto Alegre/RS, logo em seguida o GTLOS foi desabilitado. Conforme dito por ele: “se criou um guarda-chuva com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte”, alegando que “tudo que era secretaria virou diretoria e está acoplada dentro desta secretaria, assim como nós”, fazendo referência a antiga Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual. Essa aglutinação das secretarias, conforme suas palavras, é “onde trabalhamos com políticas transversais, que se mostraram serem positivas”. Sobre esse novo modelo de trabalho, apesar da redução da SALOS e da desabilitação do GTLOS, o coordenador afirmou que isso “é o que vem dando resultado positivo para o município, porque Porto Alegre é a única capital do país que não houve nenhum homicídio trans ou homofóbico ano passado”. Destacamos que não foi possível confirmar o fato mencionado por ele, sobre não haver mortes

de cidadãs/os LGBTs em Porto Alegre/RS no ano de 2017, pois não há dados municipais oficiais disponíveis para consulta pública. Infelizmente, atualmente o GTLOS segue desabilitado e resta aguardarmos o trabalho que será desenvolvido/retomado, ou não, pelas próximas gestões municipais.

No tocante a segunda categoria, constatamos, através dos relatos, que nenhuma das pessoas entrevistadas havia sido informada e/ou comunicada sobre a existência dessas políticas públicas por parte da Prefeitura. Quatro das pessoas entrevistadas responderam de forma sucinta e rápida que “não/nunca”. O homem negro jovem afirmou: “não, por parte da prefeitura não”. A mulher negra trans, que reside há mais de 35 anos na capital gaúcha, disse: “não, sinceramente não é do meu conhecimento”. O homem trans gay afirmou desconhecer o assunto: “não faço a mínima ideia”, acrescentando que “[...] esse monte de números para mim não significa nada, assim, realmente são coisas que eles não divulgam, não sai para fora”. Apenas um dos participantes - homem gay e militante do movimento LGBT - disse ter conhecimento sobre o assunto, destacando: “[...] fiquei sabendo pelo meu trabalho com movimentos sociais, não pela Prefeitura”.

Assim, após análise das respostas, evidenciamos que, além de existirem poucas políticas públicas específicas para cidadãs/os LGBTs de Porto Alegre/RS, de um lado, elas não são executadas conforme a lei e, de outro, o público a que se destinam sequer sabe de sua existência ou quando sabe, deve-se ao fato de atuar em movimentos sociais. A situação deixa evidente que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS não está cumprindo seu dever constitucional de informar e promover o diálogo ou, se está, mostram-se ineficiente e insuficiente. As/os cidadãs/os entrevistadas/os possuem idades entre 20 e 55 anos, níveis de escolaridades diferentes (ensino fundamental completo, superior incompleto/completo e titulação de mestre), falam de diferentes lugares, ocupam diferentes espaços, circulam por territórios diversos (inclusive em movimentos sociais) e mesmo assim não possuem conhecimento sobre essas políticas específicas. Esse fato demonstra que as informações necessárias sobre elas, que são de responsabilidade do poder municipal, não chegam até essas pessoas, corroborando com as reivindicações dos movimentos de luta que, há muito tempo, denunciam a invisibilização das/os cidadãs/os LGBTs por parte dos órgãos públicos e dos seus gestores.

Inferimos, a partir disso, que todas as pessoas entrevistadas se mostraram dispostas a dialogar com o poder público municipal sobre as suas vivências, sobre as pautas e necessidades das/os cidadãs/os LGBTs de Porto Alegre/RS. A mulher negra lésbica relatou ser importante a inserção das pautas das mulheres lésbicas: “[...] tem realmente essa diferença entre lésbica e gay, por que a gente é mulher e vocês são homens, então tem a presença do machismo”. O entrevistado negro gay destacou a necessidade de o poder público trabalhar sobre a pauta das/os cidadãs/os LGBTs que vivem em situação de rua: “[...] a nossa luta acaba sendo muito mais pelas pessoas que sofrem do que pelo nosso sofrimento, por pessoas que sofrem

mais que a gente”. Já o outro homem gay, militante em movimentos sociais, apontou como assuntos importantes “a necessidade de o Estado gerar dados sobre a discriminação da população LGBT, qualificar o quadro de servidores, investir em campanhas de conscientização e abrir menos espaços para as igrejas dentro do Estado”. Julgamos importante evidenciar esses relatos nessa pesquisa, pois demonstram que não falta interesse por parte das/os cidadãs/os LGBTs, mas sim, que há falta de compromisso e dedicação por parte do poder público municipal. Afirmamos, à luz da revisão conceitual e das falas das pessoas entrevistadas, que as premissas da comunicação pública auxiliam a fortalecer as políticas públicas através da participação das/os cidadãs/os LGBTs, pois governos que “asseguram a participação dos cidadãos na formulação e implementação de políticas tornam-se mais eficientes na medida em que estas políticas alcançam maior sustentabilidade política e legitimidade” (NOVELLI, 2006, p. 82).

Nesse caminho, retomamos a fala da mulher lésbica que, após ter conhecimento das políticas públicas por meio da nossa pesquisa, disse: “[...] agora eu tenho a informação, sei onde recorrer se eu sofrer algum preconceito em algum estabelecimento ou algo do tipo”. O entrevistado trans gay relatou que conhece o trabalho da Coordenadoria da Diversidade Sexual e Gênero, dizendo: “eu conheci algumas pessoas que trabalham lá, mas era muita falatória, muito eu faço isso eu faço aquilo, muita foto, mas serviço assim concreto, que fosse uma política pública, não rolava”. Ele complementou alegando que o trabalho lá realizado “é uma coisa mais de assistência, assim, às vezes”, exemplificando: “alguém sofreu uma violência na rua, vamos levar essa pessoa até lá, na delegacia, fazer os registros, enfim. Mas não era uma coisa de política pública para população, era uma coisa mais paliativa no caso”.

Sobre a terceira categoria, questionamos as pessoas entrevistadas a respeito da relevância do artigo e do decreto em suas vidas. Todas elas relataram não se sentirem representadas por essas políticas públicas, alegando, como críticas, já terem vivenciado situações de violências e discriminações em estabelecimentos que possuem alvará de funcionamento da Prefeitura. Esses apontamentos indicam que há possibilidade de os/as proprietários/as desses estabelecimentos não estarem cientes dessas políticas, ou que não as cumprem. Ao versarem sobre as violências que sofreram ao longo de suas vidas, as/os cidadãs/os LGBTs relataram situações de abusos, de violência física e psicológica, de espancamento e estupro corretivo, sendo que várias dessas violências aconteceram na capital gaúcha. O entrevistado negro gay, enfatizando seu sentimento de não representatividade, afirmou: “a partir do momento que tiver alguma formação e informação, pode ser que a gente se sinta mais seguro”. O entrevistado trans gay disse não se sentir representado também, pois que as políticas públicas se mostram universalistas, ignorando violências específicas da população transexual, enfatizando: “[...] tem que se fazer um trabalho mais interseccional sabe, não ficar trabalhando só em cima de ser LGBT”.

Mello, Brito e Maroja (2012, p. 417) põem luz sobre o debate ao afirmar que “quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais, acabam ignorando demandas específicas de parcelas da população”. Outro entrevistado, homem gay, afirmou: “na verdade tu conta com a boa vontade das pessoas que são donas dos estabelecimentos”, ou “com o medo que eles têm de que seja divulgado na internet hoje em dia né, para que elas não sejam [...] expostas”. Ele relatou já ter sofrido duas situações de discriminação em estabelecimentos que possuem alvará da Prefeitura, afirmando que atualmente evita frequentar lugares onde possa vir a sofrer preconceito: “acho que não entraria por que sei que se eu fosse discriminado nada aconteceria”. Afirmamos que as vivências de violência e discriminação das pessoas entrevistadas, que as levam a não se sentirem representadas pelo artigo e pelo decreto, poderiam ser minimizadas e até evitadas se o GTLOS não estivesse desabilitado e, principalmente, se possuísse um trabalho efetivo, baseado na participação ativa e no protagonismo das/os cidadãs/os LGBTs.

Portando, evidenciamos que a Prefeitura de Porto Alegre/RS não cumpriu com sua responsabilidade em relação as/os cidadãs/os LGBTs do município. Afirmamos, ao mesmo tempo, que o poder público do município demonstra descaso e pouco interesse em fortalecer e incentivar políticas públicas para essa população. Analisando suas falas, compreendemos os motivos que levaram as pessoas entrevistadas a não se sentirem representadas pelas políticas recortadas. Logo, apontamos que, além de existirem poucas políticas públicas para população LGBT de Porto Alegre/RS, as/os cidadãs/os LGBTs não as conhecem e não as consideram representativas, relatos que corroboram com a observação sobre políticas públicas para esta população no Brasil: nunca se teve tanto e o que se tem é praticamente nada (Mello, Brito, Maroja, 2012).

Considerações finais

A respeito do estudo realizado, com base nos pressupostos teóricos associados à interpretação das falas das/os cidadãs/os LGBTs entrevistadas/os, afirmamos que as premissas da comunicação pública, que são, inclusive, fator da qualidade das democracias (WEBER, 2020), não são consideradas pela Prefeitura de Porto Alegre/RS no que diz respeito ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas para população LGBT. À vista disso, demonstramos que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS não atinge sequer a primeira categorização informacional (“governo→cidadão”) dos fluxos comunicacionais propostos por Novelli (2006), quiçá alcança as dimensões dos fluxos de consulta (governo↔cidadão) e de participação ativa (governo↔cidadão), haja vista que não há diálogo e engajamento das/os cidadãs/os LGBTs na formulação das políticas. Essa ineficiência do poder público faz com que as pessoas entrevistadas,

residentes na capital gaúcha, não se sintam representadas por essas políticas públicas, seja por não as conhecerem ou por não se reconhecerem nelas.

Apesar do artigo evidenciar o quão inócuas são as políticas públicas para as/os cidadãs/os LGBTs do município, os resultados não invalidam seu potencial de transformação, apontado, inclusive, por algumas das pessoas entrevistadas, ao afirmarem que se tratam de políticas necessárias, desde que implementadas devidamente, com a participação ativa e contínua das/os cidadãs/os a que se destinam - reflexão conjuntamente realizada de forma ampla nas referências teóricas basilares desse estudo. Logo, demonstramos que se trata, antes, de ineficiência na gestão das políticas públicas que, ao que tudo indica, mal saíram do papel. Além disso, ao ouvirmos as diferentes falas das pessoas que compõem o grupo que genericamente denominamos “cidadãs/os LGBTs de Porto Alegre/RS”, foi possível percebermos o quão complexo é esse tecido, confeccionado com fios e tons dos mais diversos, o que torna ainda mais imprescindível a participação de seus mais diferentes representantes na elaboração e implementação das políticas. Todas as pessoas entrevistadas relataram as diferentes faces da discriminação e violência que permeiam suas vidas. Logo, apontamos que, com a conjuntura exposta, a gestão das políticas públicas da cidade de Porto Alegre/RS é mais uma forma de violência, quando deveria servir de suporte na configuração de sociedades mais justas e equitativas.

Em síntese, ao buscarmos atualizações recentes sobre as políticas públicas, não localizamos informações no site da Prefeitura de Porto Alegre/RS. Por essa razão, contatamos Gabriel Galli, Jornalista e militante na ONG Somos de Porto Alegre/RS, que confirmou o fato que o GTLOS continua desabilitado, contexto qual nos leva a entender que não há, atualmente, ações específicas e efetivas para as/os cidadãs/os LGBTs do município. A situação da capital do Rio Grande do Sul evidencia, mais uma vez, que há um longo caminho a ser percorrido, tanto na elaboração e implementação de políticas públicas para as/os cidadãs/os LGBTs, quanto no que tange aos fluxos informacionais e comunicacionais de interesse público que, de acordo as premissas da comunicação pública, são essenciais para as práticas da cidadania participativa, para o fortalecimento e qualidade da democracia brasileira.

NOTAS

¹ Esse estudo parte do artigo “Comunicação Pública e Políticas Públicas: as percepções da população LGBT de Porto Alegre/RS sobre duas políticas públicas do município”, que foi apresentado no XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas - ABRAPCORP. Realizamos o trabalho com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

²A sigla LGBT, conforme Facchini (2011, s/p), “designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”. Optamos pelo uso dessa escrita da sigla em razão de ser a nomenclatura presente na Cartilha LGBT do Estado do Rio Grande do Sul, onde estão disponíveis as políticas públicas acionadas para o estudo.

³ Evidenciamos que a Prefeitura de Porto Alegre/RS não disponibiliza um documento público específico com políticas públicas para população LGBT do município. As políticas públicas recortadas para esse estudo estão presentes, atualmente, na Cartilha LGBT do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um documento informativo, elaborado pela Assembleia Legislativa do Estado, no qual são aglutinadas políticas para população LGBT do Governo Federal, do Governo Estadual e da Prefeitura de Porto Alegre/RS. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Cartilha%20Direitos%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBT.pdf. [consultado em junho de 2021].

⁴ Os relatórios são sistematizados sobre as notícias de pessoas que foram mortas de forma violenta ou se suicidaram em decorrência das discriminações das suas orientações sexuais e identidades de gênero. Apesar desses números serem alarmantes, eles não representam, em totalidade, o índice de LGBTs que morrem no Brasil, visto que em muitos casos os crimes não são denunciados e/ou noticiados. Infelizmente, acreditamos que morrem, e são assassinadas/os de formas violentas, mais pessoas LGBTs do que o número que é apontado nos relatórios. Os relatórios do GGB estão disponíveis em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. [consultado em junho de 2021].

⁵ Após transcorridos três anos, as investigações sobre o crime seguem sem saber quem foram os mandantes do assassinato de Marielle e Anderson. Em manifestações públicas e nas redes sociais, cidadãs/os brasileiras/os ainda questionam “quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes?”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/14/morte-de-marielle-e-anderson-3-anos-depois-policia-nao-achou-a-arma-nem-o-mandante-do-crime.ghtml>. [consultado em junho de 2021].

⁶ O Brasil se tornou, em 2019, o 43º país a criminalizar práticas homofóbicas e transfóbicas, com penas que variam de três até cinco anos, dependendo do crime. Por oito votos a três, o Supremo Tribunal Federal do Brasil considerou que esses atos discriminatórios e violentos se configuram como crime de Racismo (Lei 7.716/1989), posição que valerá até que o Congresso Nacional crie uma lei específica. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. [consultado em junho de 2021].

⁷ Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>. [consultado em junho de 2021].

⁸ Para conferir os dados do “Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020”, acesse: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>.

⁹ Novelli (2006, p. 81) discorre sobre as noções de governança e governabilidade, sendo que a governança se refere aos “pré-requisitos institucionais para otimização do desempenho administrativo - instrumentos técnicos de gestão que assegurem a eficiência e a democratização de políticas públicas”. Já a noção de governabilidade, diz respeito “à capacidade do Estado de obter apoio e articular alianças entre vários grupos sociais com o objetivo de viabilizar a implementação de seu projeto de Estado”.

¹⁰ Sublinhamos aqui a importância do Orçamento Participativo para o município de Porto Alegre/RS, cidade pioneira, na qual há mais de 30 anos a população participa do processo de decisão sobre onde serão investidos recursos públicos. O OP enfrentou truculentos embates na gestão do Prefeito Nelson Marchezan Junior (2016-2020), que, de diferentes formas, tentou afastar as/os cidadãs/os porto-alegrenses desse processo democrático de tomada de decisões. Ao completar o seu 30º aniversário, o OP ganhou um formato digital. Disponível em: <https://opdigital.prefeitura.poa.br>. [consultado em junho de 2021].

¹¹ Sigla anteriormente usada para designar a população LGBT. Na conferência, a população lésbica solicitou maior visibilidade dentro do movimento, dado o fato de ele ser protagonizado, em sua grande maioria, pela população G - gays -, buscando, assim, desmistificar a dominação masculina presente no movimento (Simões; Facchini, 2009).

¹² Destacamos que essas alterações e novas inserções (uso do algoritmo +) são importantes para que não haja invisibilidade de outros sujeitos, sendo muitas vezes utilizada por ONGs que compõem o movimento de luta. A letra I refere-se a intersexo, que é “um termo utilizado para um grupo de variações congênitas de anatomia sexual ou reprodutiva que não se encaixam perfeitamente nas definições tradicionais de sexo masculino e sexo feminino”. Fonte: <https://orientando.org/o-que-e-intersexo>. [consultado em junho de 2021].

¹³ As questões abordavam os seguintes assuntos: o relacionamento dos membros que compõem o GTLOS; principais secretarias do município envolvidas no trabalho do grupo; principais ações e suas pontualidades; repasses do governo para manutenção de ações; informações sobre o banco de dados específicos da população LGBT; áreas prioritárias que norteiam o trabalho do grupo; envolvimento com movimentos sociais e a sociedade civil; abertura desse espaço para a população LGBT de Porto Alegre/RS e sobre a razão do rebaixamento da Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual para uma Coordenadoria, que aconteceu em outubro de 2017, sob a gestão do atual Prefeito Nelson Marchezan Junior.

¹⁴ Conforme o que versa o documento impresso que foi entregue pelo coordenador durante a entrevista, é de responsabilidade da coordenadoria o papel de estimular

e acompanhar diagnósticos sobre a população LGBT, de formular políticas de interesses específicos desse grupo, de propor e acompanhar programas ou serviços que se destinem ao atendimento das travestis e profissionais do sexo e o papel de coletar dados dessa população para fins estatísticos.

¹⁵ Nas questões elaboradas, buscamos identificar se essas/es cidadãs/os já haviam recebido algum tipo de informação sobre as políticas públicas; se elas as consideravam importantes para suas vidas; se já haviam enfrentado situações de violências citadas no artigo e se realizaram algum tipo de denúncias; se, posterior ao conhecimento dessas políticas, se sentiam representadas por elas; se possuíam interesse em participar de grupos de diálogos com a prefeitura caso fossem convidadas; abertura de espaço para relatarem assuntos que não foram mencionados e que consideravam importantes para o diálogo sobre a população LGBT; e, por fim, um espaço para que se sentissem à vontade para versar sobre suas trajetórias como sujeitos que compõem a sigla LGBT, podendo relatar suas experiências de convívio familiar e social.

¹⁶ A matéria é de Larissa Bortoni, publicada no site do Senado Federal em 20 de junho de 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transsexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional#:~:text=A%20expectativa%20de%20vida%20das,%C3%A9%20de%2075%2C5%20anos>. [consultado em junho de 2021].

¹⁷ O grupo de trabalho criado em 2005 foi desabilitado em 2017, quando completaria 12 anos de existência. A desabilitação do grupo foi retratada numa matéria sobre o descaso da Prefeitura de Porto Alegre/RS com as políticas públicas para população LGBT, assinada pelo jornalista Gabriel Galli, publicada no jornal O Sul, no dia 17 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/gabriel-galli/2017/10/descaso-com-politicas-lgbt-no-governo-marchezan-prefeitura-abandona-grupo-de-trabalho-sobre-diversidade-sexual-e-de-genero/>. [consultado em junho de 2021].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. 2011. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BRANDÃO, E. P. 2012. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (organizador). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, pp. 1-33.

CONSELHO, Nacional de Combate à Discriminação. 2004. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. [consultado em junho de 2021].

DUARTE, J. 2007. *Comunicação pública*. [S.l.]. Disponível em: <http://jfori.jor.br/fori/files/Comp%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>. [consultado em outubro de 2017 e junho de 2021].

_____. 2012. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

FACCHINI, R. 2011. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). *Cadernos Temáticos: Psicologia e Diversidade Sexual*. São Paulo: CRPSP (Caderno Temático 11). Disponível em: http://www.crpssp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. [consultado em junho de 2021].

MELLO, L., FREITAS, F., PEDROSA, C., BRITO, W. 2012. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. In: *Bagoas*, n. 7. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238/1672>. [consultado em junho de 2021].

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. In: *Cadernos Pagu* (39), julho-dezembro de 2012: 404-429. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/14.pdf>. [consultado em junho de 2021].

NOVELLI, Ana Lucia Romero. O papel institucional da comunicação pública para o sucesso da governança. In: *Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, v. 3, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138912>. [consultado em junho de 2021].

RIBEIRO, D. 2018. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2019. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. 2009. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

WEBER, M H. 2020. Balizas do campo comunicação e política. In: *Triade: comunicação, cultura e mídia*, v. 08, pp. 06-48. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/4046>. [consultado em junho de 2021].